

## **NOVO AUXÍLIO EMERGENCIAL: CENÁRIOS E EFEITOS SOBRE RENDA**

Lauro Gonzalez<sup>1</sup>

Leonardo Oliveira<sup>2</sup>

### **1. Contexto e Objetivos**

Com a pandemia prestes a completar um ano, o retorno à normalidade permanece incerto. Os diferentes cenários para 2021 e 2022 dependem basicamente de três fatores inter-relacionados: i) a evolução da pandemia, sobretudo diante das variantes do vírus e da possibilidade de novas ondas; ii) capacidade de vacinação de maneira a imunizar ao menos 70% da população; e iii) políticas públicas visando mitigar os efeitos da pandemia.

No caso brasileiro, o Auxílio Emergencial (AE) injetou um montante significativo de recursos cujos efeitos não se limitaram às famílias que receberam diretamente o benefício. Ao irrigar o consumo, os efeitos se estenderam às empresas e ao emprego, contribuindo para uma queda menor do PIB em 2020. Relembrando, o programa foi desenhado para repassar 3 parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1200. Posteriormente, foram anunciadas mais 2 parcelas de mesmo valor e, após isso, mais 4 parcelas adicionais, cujo valor foi cortado pela metade (R\$ 300 ou R\$ 600). Apesar dos repetidos anúncios sobre um novo programa de transferência de renda, o AE foi encerrado em dezembro sem nenhuma medida de transição, o que fez com que a

---

<sup>1</sup> Professor da FGV EAESP e coordenador do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV.

<sup>2</sup> Pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV.

economia pousasse abruptamente em 2021 em plena pandemia e sem medidas adequadas de proteção social.

Governo e congresso negociam uma reedição do AE em versão reduzida. Os detalhes ainda não são conhecidos. Os valores ventilados são R\$ 200 ou R\$ 250, que seriam destinados a uma quantidade menor de pessoas. Entretanto, os critérios de elegibilidade permanecem indefinidos, sendo que o ministro Guedes tem mencionado os “invisíveis” e informais como provável público-alvo. Vale lembrar que o termo “invisíveis” expressa desconhecimento pela realidade da baixa renda, conforme já abordado em outros estudos<sup>3</sup>.

Diante disso, o objetivo do estudo aqui apresentado é, a partir dos dados da PNAD-COVID, simular os efeitos do AE reduzido (R\$ 200 ou R\$ 250) sobre a renda dos invisíveis e informais em diferentes cenários, conforme explicado adiante (seção 3).

## **2. Principais Variáveis**

As principais variáveis são:

- a) Renda usual: Valores normalmente recebidos em dinheiro e/ou mercadorias pelo trabalho (questão C10) + Aposentadoria ou pensão, rendimentos de aluguel ou previdência privada, e benefícios sociais como o Bolsa Família e o BPC-LOAS (questão D1). A renda usual representa, portanto, a estimativa da renda domiciliar antes da pandemia;
- b) Renda na pandemia sem o AE: Valores recebidos no trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual, uma vez que estes últimos rendimentos, tais como aposentadoria e Bolsa Família, não foram afetados pela pandemia a priori;

---

<sup>3</sup> Gonzalez, Barreira e Pereira (2020) - <https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/auxilio-emergencial-e-futuro-invisiveis>

- c) Perda/Ganho de renda sem o AE: Diferença entre a renda na pandemia sem o AE e a renda usual;
- d) Renda na pandemia com o AE: Valores recebidos pelo trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual (menos Bolsa Família) + Valor recebido através do auxílio emergencial (questão D1e);
- e) Perda/Ganho de renda com o AE: Diferença entre renda na pandemia com o AE e a renda usual;
- f) Trabalhadores invisíveis: Aqueles que receberam o AE e usualmente não recebem o bolsa família (D0031) ou o benefício de prestação continuada (D0041);
- g) Trabalhadores informais: Aqueles que afirmaram trabalhar sem carteira assinada (C7b), trabalhadores autônomos e familiares auxiliares (C7).

### **3. Cenários para o Auxílio Emergencial**

As perdas derivadas da pandemia foram diminuindo entre junho e novembro de 2020 por conta da reabertura gradativa da economia<sup>4</sup>. Entretanto, a partir de dezembro, os casos e óbitos voltaram a subir, configurando a formação de uma segunda onda. Ocorre que a última PNAD-COVID, divulgada em dezembro, reflete os números de novembro, mês anterior à atual segunda onda. Portanto, o momento corrente, fevereiro de 2021, é provavelmente distinto daquele de novembro.

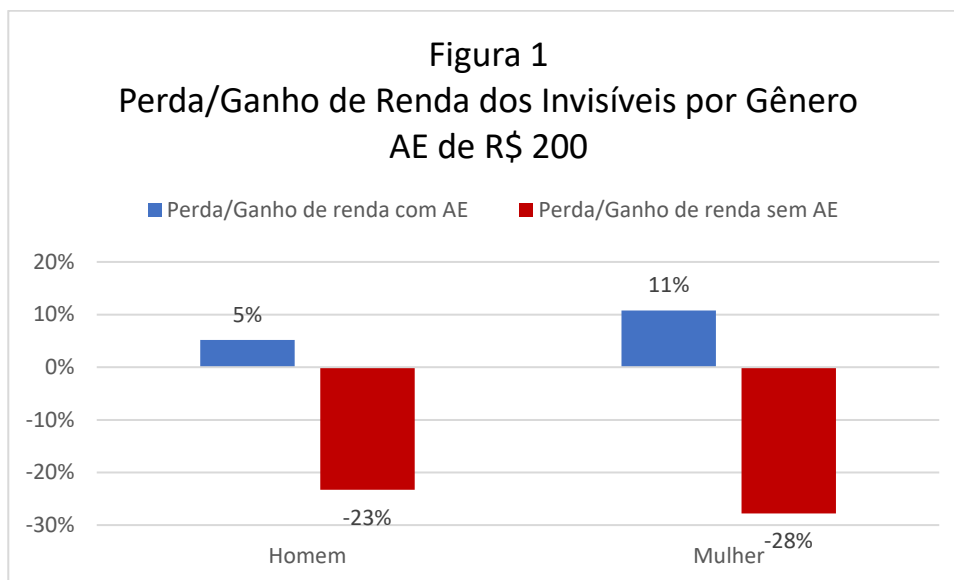
Sendo assim, estabelecemos dois cenários - otimista e pessimista - conforme as prováveis perdas decorrentes da pandemia. O pessimista se baseia nos dados da PNAD COVID-19 divulgadas em julho (IBGE, 2020a) e o otimista, em dezembro (IBGE, 2020b). Dentro de cada um dos cenários foram feitas simulações considerando um novo AE de R\$ 200 ou R\$ 250, sempre comparando a renda durante a pandemia com a renda usual pré-pandemia.

---

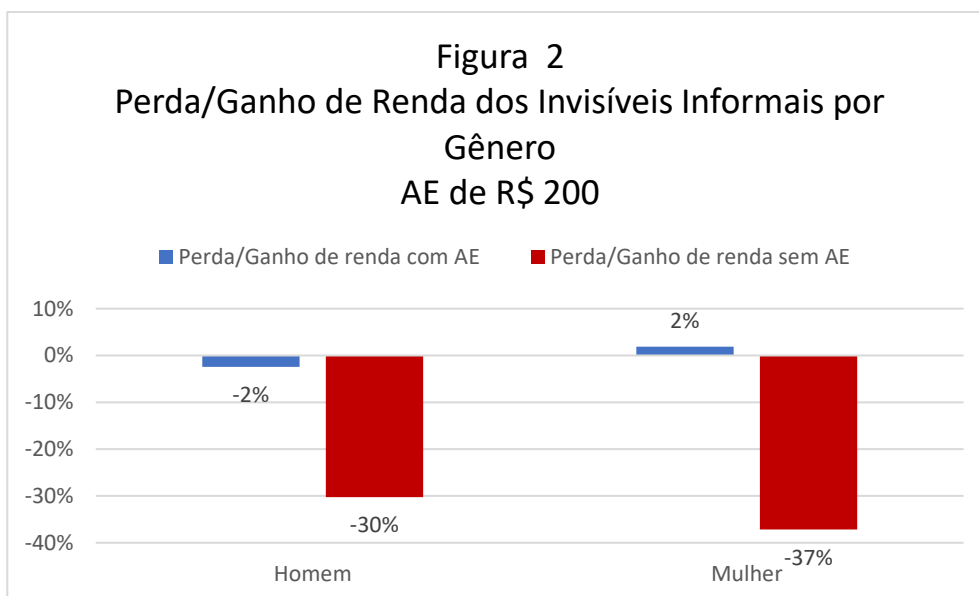
<sup>4</sup> Gonzalez e Barreira (2020) - <https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/pobres-sem-auxilio-emergencial-e-retratos-informalidade-tempos-pandemia>

### 3.1. Cenário Pessimista (PNAD-COVID julho)

Utilizando os cenários anteriormente definidos, as três figuras seguintes mostram diversos recortes para um AE de R\$ 200.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020a)

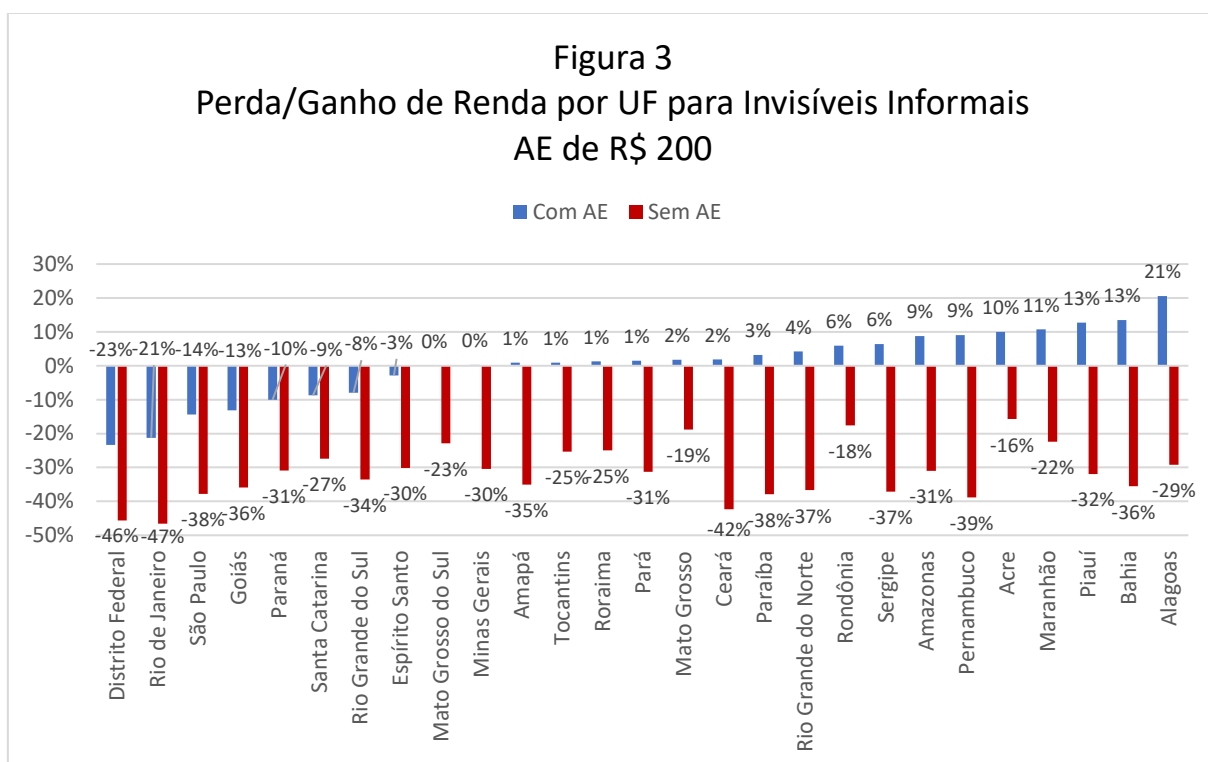


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020a)

No caso dos invisíveis (figura 1), ao levar em consideração o AE, o ganho para homens é de 5% e, para as mulheres, de 11%, sempre comparado à renda usual

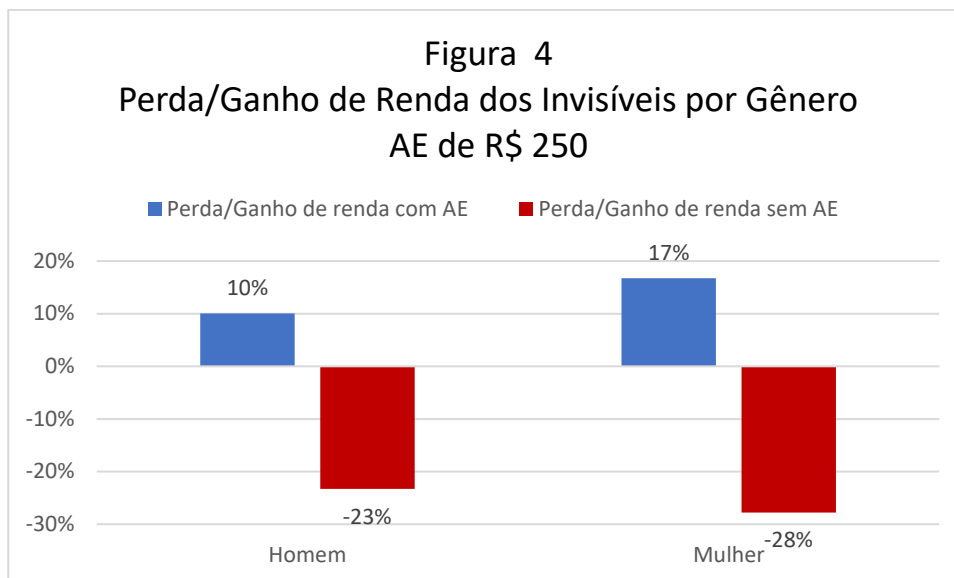
pré-pandemia. Ao analisar especificamente os invisíveis informais, mesmo com o pagamento de um novo benefício, há uma perda de 2% para homens e um ganho de apenas 2% para mulheres. Ainda no caso de homens e mulheres invisíveis informais (figura 2), sem o auxílio as perdas de renda são de 30% e 37%, respectivamente, o que denota uma posição de maior vulnerabilidade aos efeitos da crise.

A figura 3 apresenta os dados sobre a perda/ganho de renda para invisíveis informais por Unidade Federativa (UF). Mesmo com o pagamento de um AE de R\$ 200, 7 estados (todos localizados no centro-sul do país) e o Distrito Federal (DF) ainda registrariam perdas de renda. Por outro lado, 17 estados apresentam ganhos, quase todos no norte e nordeste do país. Portanto, há evidências de que um AE de R\$ 200, em um cenário de maiores perdas por conta do recrudescimento da pandemia, é insuficiente para compensar as perdas de renda de grupos mais vulneráveis.

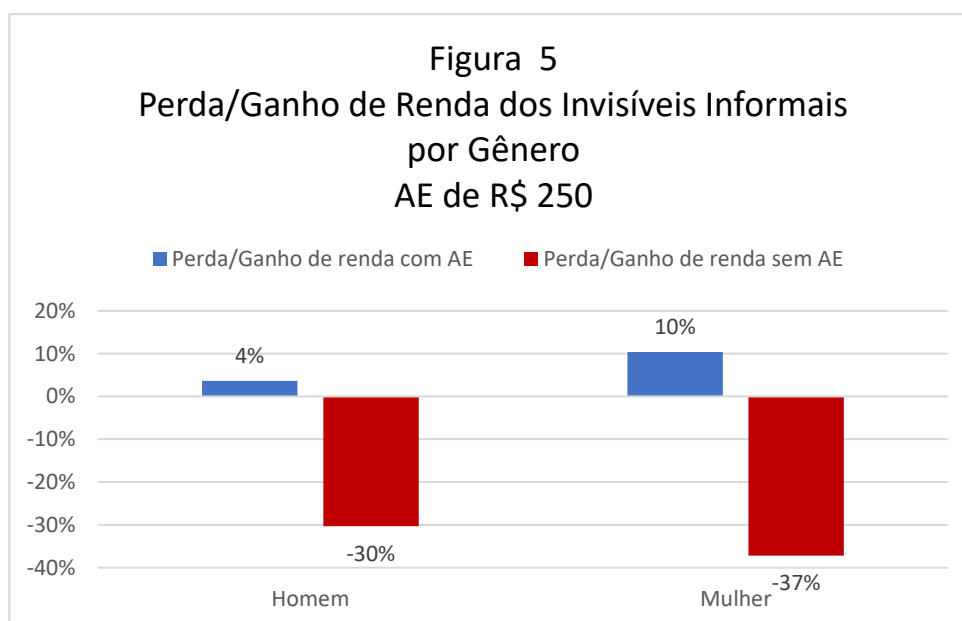


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020a)

As três próximas figuras seguem a mesma lógica de análise das figuras anteriores, ajustando o valor do AE para R\$ 250.



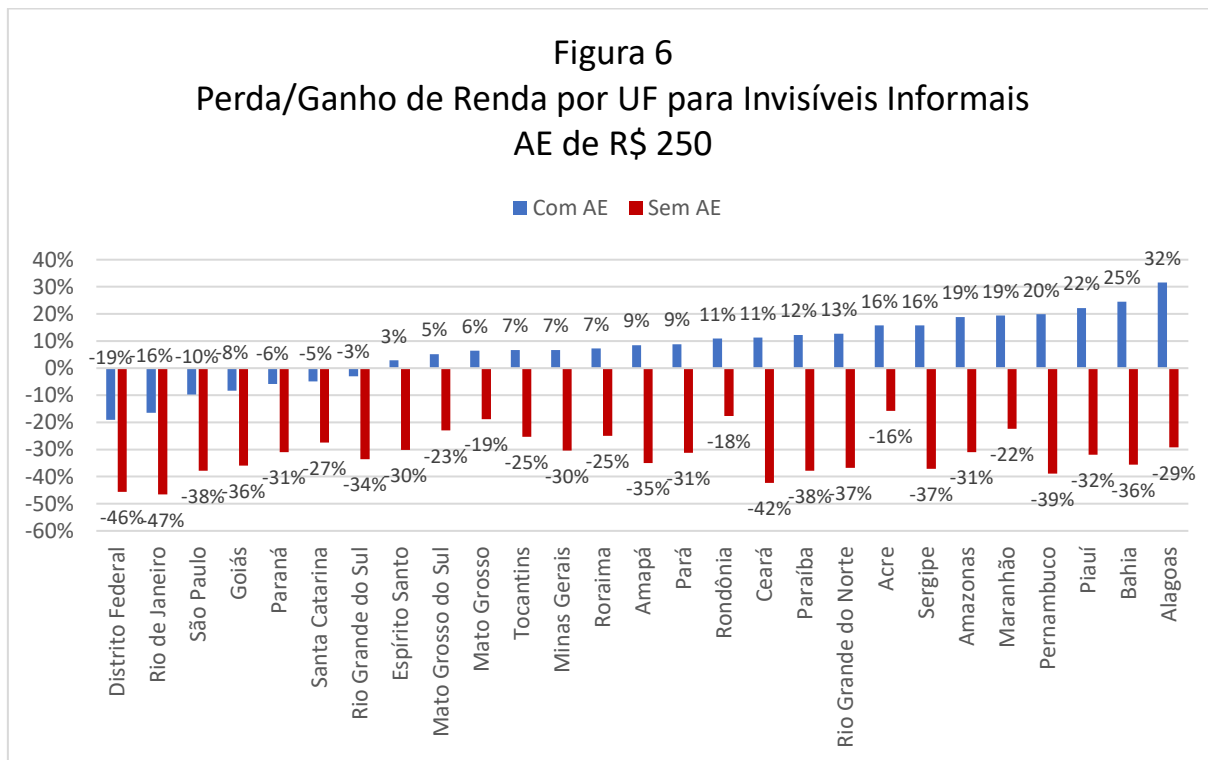
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020a)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020a)

A figura 4 mostra um ganho de 10% para homens e 17% para mulheres com o AE. Ao analisar especificamente os invisíveis informais (figura 5), o ganho é de 4%

para os homens e de 10% para as mulheres. Já a figura 6 mostra que, mesmo com um AE de R\$ 250, 6 estados e o DF registrariam perdas de renda.

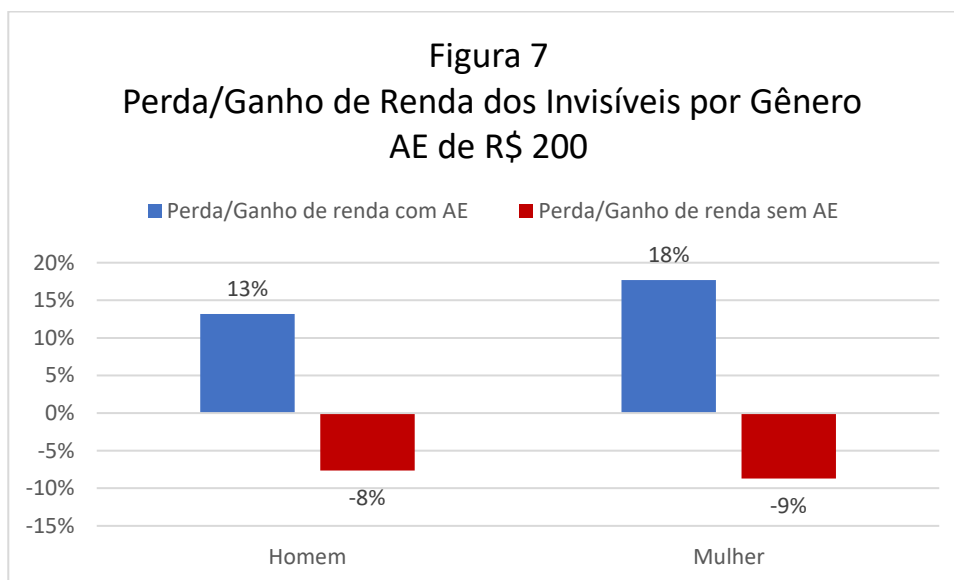


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020a)

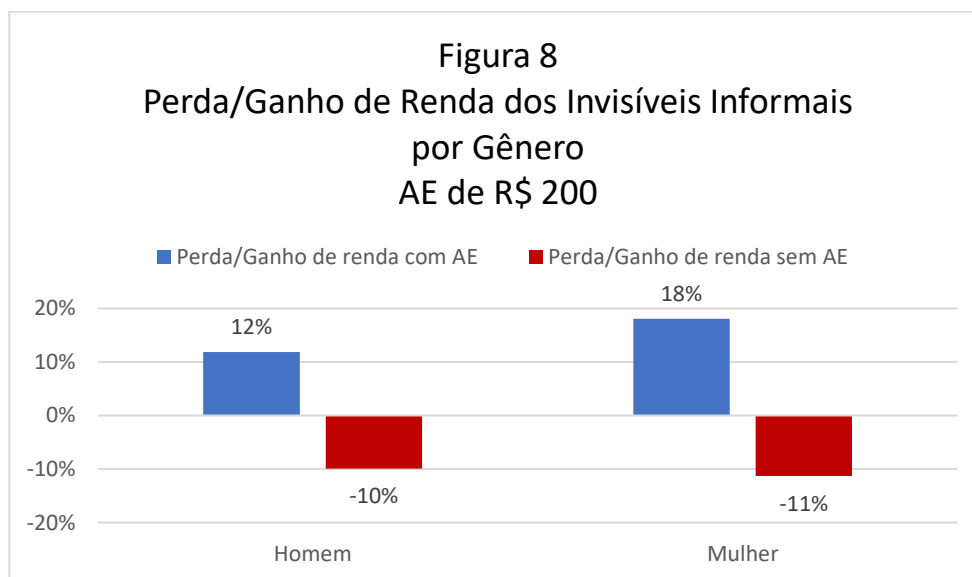
### 3.2. Cenário otimista (PNAD-COVID dezembro)

Seguindo a mesma lógica, as 3 figuras abaixo mostram a perda/ganho de renda dos invisíveis e dos invisíveis informais por gênero, considerando o pagamento

de um valor fixo mensal de R\$ 200, com a diferença de que o cenário reflete o momento mais favorável da pandemia.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020b).



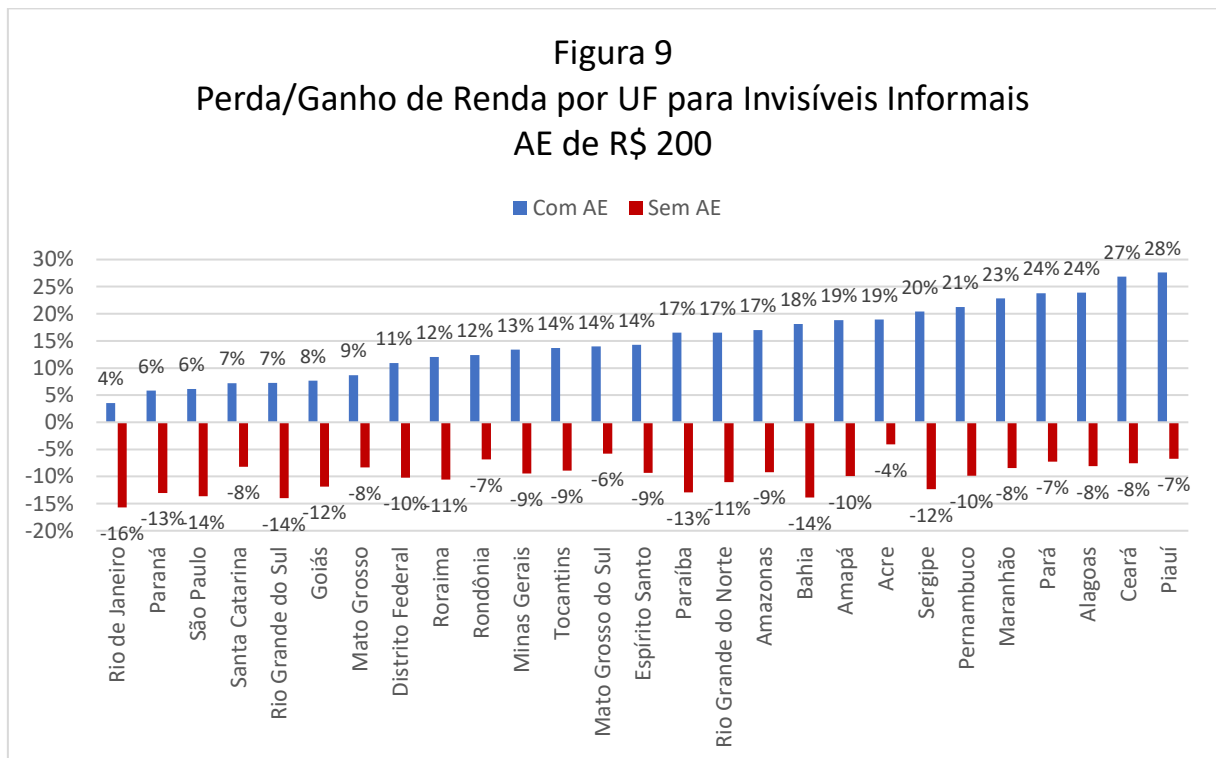
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020b).

A figura 7 mostra que, no caso dos invisíveis, o ganho para homens é de 13% e, para as mulheres, de 18%. Lembrando que as perdas e ganhos são calculadas sempre em relação à renda usual pré-pandemia. Ao analisar especificamente os



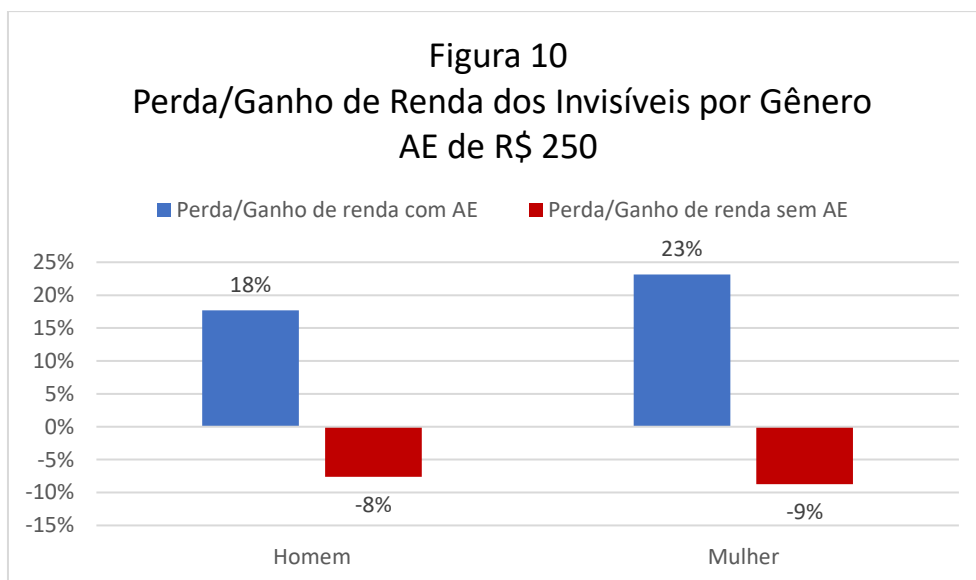
invisíveis informais, na figura 8, o ganho dos homens diminui para 12%, ao passo que o ganho das mulheres permanece inalterado.

A Figura 9, abaixo, mostra a perda/ganho de renda para invisíveis informais por UF, considerando um benefício de R\$ 200. Como esperado, os maiores ganhos ocorreriam nas regiões norte e nordeste, reflexo da desigualdade regional no país.

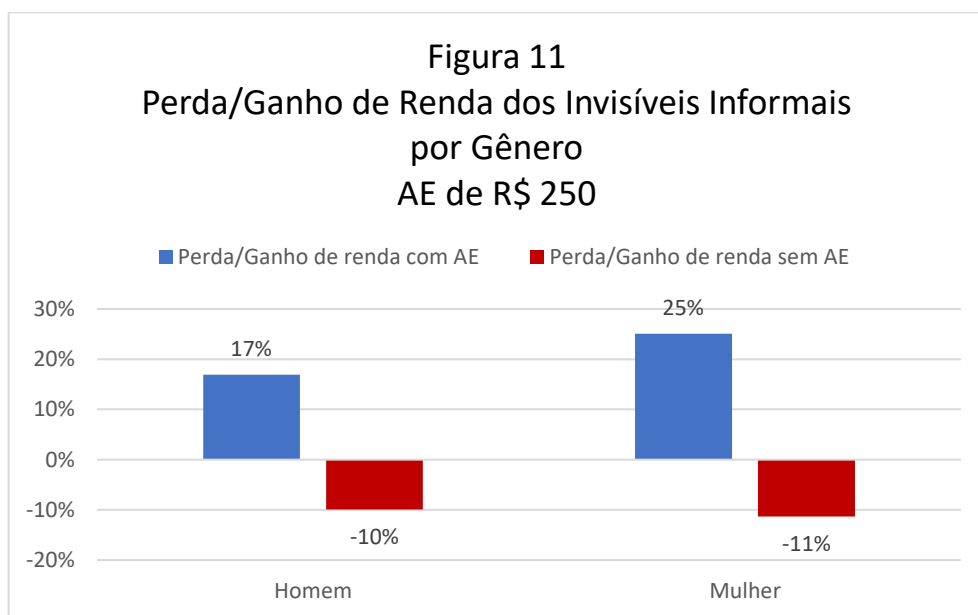


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020b)

Por fim, as 3 próximas figuras apresentam os dados do cenário otimista, considerando um AE de R\$ 250.



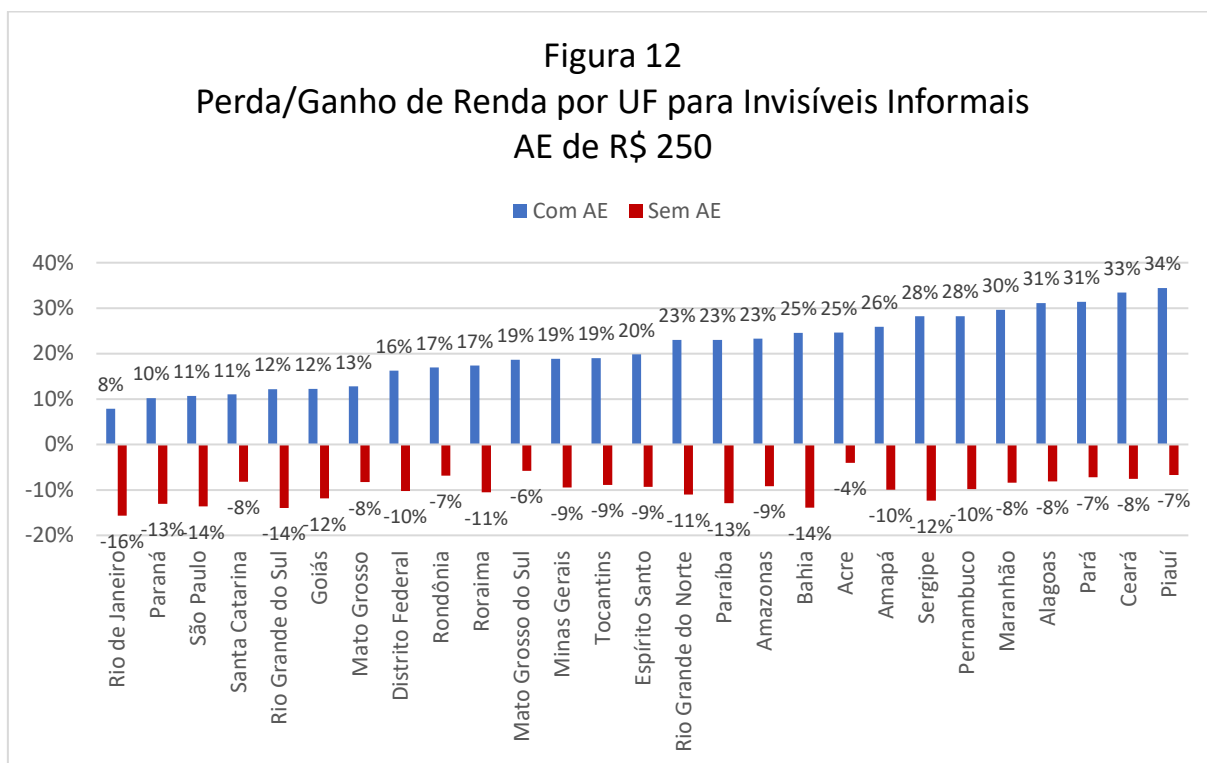
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020b)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020b)

No caso dos invisíveis (figura 10), tanto para homens quanto para mulheres, o ganho de renda é 5% maior se o AE for de R\$ 250, ao invés de R\$ 200. A figura 12 traz a análise de perda/ganho de renda para invisíveis informais por UF. Todos os

estados e o DF apresentariam ganhos, especialmente aqueles das regiões norte e nordeste do país.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020b)

#### 4. Comentários Finais

O conjunto de resultados buscou avaliar os efeitos da redução do AE sobre a renda de grupos específicos dentro dos chamados “invisíveis”, com destaque para os informais. O efeito final sobre a renda vai obviamente depender das perdas e da magnitude do novo AE. Se o valor for de R\$ 200, os resultados apontam que “invisíveis informais” não serão compensados pelas perdas de renda associada a um cenário de recrudescimento da pandemia.

Além disso, cumpre salientar que a existência de um grande contingente de trabalhadores na informalidade decorre de mudanças no mundo do trabalho que precedem a pandemia. Daí a necessidade de aprimorar as políticas de transferência de renda em caráter permanente.

## REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19 Julho. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2020a. Disponível em: < [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=downloads&utm\\_source=covid19&utm\\_medium=hotsite&utm\\_campaign=covid\\_19](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=downloads&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19)>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19 Dezembro. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2020b. Disponível em: < [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=downloads&utm\\_source=covid19&utm\\_medium=hotsite&utm\\_campaign=covid\\_19](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=downloads&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19)>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.